

Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

Nota 1 - Contexto operacional: os dados apresentados compreendem os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 e respectivas alterações. Foram também observados os detalhamentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

Nota 2 - Critério de apropriação: considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

Nota 3 - Operações Intraorçamentárias: de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as operações realizadas entre órgãos e demais entidades do próprio Município representam operações intraorçamentárias. O valor das Receitas Intraorçamentárias totalizou R\$ 5.236.324,75, e as Despesas Intraorçamentárias empenhadas o valor de R\$ 5.207.065,61, liquidadas o valor de R\$ 5.207.065,61 e pagas o valor de R\$ 5.207.065,61.

Nota 4 - Deduções da Receita Orçamentária: o valor informado na coluna “Receitas Realizadas” apresenta a arrecadação líquida, ou seja, já consideradas as deduções da receita que, no exercício totalizaram R\$ 6.396.988,81. A pormenorização das deduções da receita é a seguinte: deduções da receita para formação do FUNDEB: R\$ 5.869.141,81; deduções da receita por restituição: R\$ 18.255,78; deduções da receita por descontos concedidos: R\$ 505.551,69; deduções da receita por retificação: 1.359,01; outras deduções da receita: R\$ 2.680,52

Nota 5 - Restos a Pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil de 2020, foram inscritas e escrituradas como Restos a Pagar Processados e Não Processados, em atendimento aos artigos 35, 36 e 92 da Lei nº 4.320/1964. Para fins de inscrição, foram observadas as recomendações da Instrução Normativa nº 06/2019, do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos da Lei Complementar nº 101/2000.

Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

Nota 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Nota 2 – Caixa e Equivalente de Caixa: compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Em 2020, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 12.227.216,95. Na comparação com o exercício anterior verificou-se um acréscimo de aproximadamente 66,57%.

Nota 3 – Créditos a Receber a Curto Prazo e a Longo Prazos: os valores apresentados nestas rubricas compreendem os saldos líquidos a receber, ou seja, já deduzidos os ajustes para perdas. Os valores realizáveis em até 12 meses foram classificados no ativo circulante, e o restante no ativo não circulante. Especificamente em relação à dívida ativa, os valores a curto prazo, foram estimados pela média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios e o longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa. Já o ajuste a valor recuperável dos créditos inscritos na dívida ativa, foi efetuado considerando a média ponderada dos recebimentos dos créditos tributários e não tributários em relação aos respectivos montantes inscritos nos três últimos exercícios, obtendo-se, dessa forma, o percentual médio de recebimento. A partir desses dados, foi possível estimar os valores das perdas esperadas referentes à dívida ativa, que foram registradas em contas redutoras do ativo. Quanto aos créditos de transferências a receber, os valores apresentados na rubrica 1.1.2.3.3.00.00.00.00.00 – Créditos De Transferências A Receber - Inter Ofss - União compreendem os valores a receber atualizados referentes aos Convênios firmados com a União. O valor referente à Certidão de Decisão - Título Executivo Do TCE/RS, compreende o saldo atualizado do valor inscrito em Dívida Ativa Não Tributária. Referem-se aos Títulos Executivos nº 0028/2011 e nº 0184/2018.

Nota 4 – Estoques: compreende o valor dos bens adquiridos com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades. Em 2020, o Estoque apresentou um saldo final de R\$ 1.021.649,08, sofrendo um acréscimo de aproximadamente 59,64% em relação ao ano de 2019.

Nota 5 – Investimentos: compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no Ativo Circulante, nem no Ativo Não Circulante e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade. Os valores classificados nesse título decorrem em grande parte da participação permanente em Consórcios Públicos avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial, sendo eles: Consórcio Intermunicipal da Região Centro do Estado/RS (CIRC), no valor de R\$ 82.846,02, e Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS), no valor de R\$ 154.002,43.

Nota 6 - Imobilizado: os saldos apresentados correspondem aos valores líquidos (já descontada a depreciação e ajuste a valor recuperável) constantes no sistema de contabilidade em 31/12/2020. Há uma diferença de R\$ 16.900,25 quando comparado com a Ata de Inventário 01/2021, bem como com o sistema de patrimônio, referente aos empenhos 5058/2019 e 5059/2019, ainda não liquidados na contabilidade.

Nota 7 - Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. No curto prazo foram classificados os valores exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis. O restante das obrigações dessa natureza foi classificado no longo prazo. No que se refere ao valor constante na rubrica 2.1.1.1.1.01.03.00.00.00 - Férias, este compreende a provisão das obrigações referentes a férias, apropriadas conforme Memorando encaminhado pelo Setor de Recursos Humanos. Os saldos apresentados nas contas de Contribuição Previdenciária - RPPS - Débitos Parcelados de Curto e Longo Prazo compreendem o valor remanescente do Acordo de Parcelamento nº 187/2012, referente aos débitos parcelados com o Regime Próprio de Previdência, PreviAgudo, no que tange ao não recolhimento de obrigações de folha de pagamento.

Nota 8 - Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e Longo Prazo: os saldos são apresentados pelos valores líquidos das obrigações, devidamente ajustado em 31/12/2020, e compreendem as obrigações financeiras internas do Município a título de empréstimos. Somando-se os valores registrados a curto e a longo prazo, verifica-se que os Empréstimos e Financiamentos totalizaram, no final do exercício, um montante de R\$ 1.281.296,30.

Nota 9 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto e a Longo Prazo: os valores registrados nesses títulos são decorrentes de obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais dos órgãos e entidades da administração direta e indireta. Compreende também obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive, os precatórios decorrentes dessas obrigações, e os valores inscritos em restos a pagar processados. Os saldos apresentados compreendem os valores empenhados e liquidados e também aqueles que, embora não empenhados, foram reconhecidos pelo regime de competência.

Nota 10 – Patrimônio Líquido: compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio Social e Capital Social, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Demais Reservas, Resultados Acumulados e Ações / Cotas em Tesouraria. Após apuração do resultado do exercício, que evidenciou um superávit de R\$ 6.963.558,95, o Patrimônio Líquido apresentou um acréscimo de aproximadamente 5,79% em relação ao ano de 2019.

Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 1 – Resultado Patrimonial do Período: como resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, tem-se que o resultado patrimonial foi positivo no valor de R\$ 6.963.558,95.